



# CONTROLE SOCIAL X SUBJETIVIDADE NA GENEALOGIA DO PODER DE MICHEL FOUCAULT

*Kleber Prado Filho\**

*Resumo:* Este artigo pretende analisar as relações entre o conceito de controle social, tradicionalmente trabalhado pela sociologia, e a noção de produção da subjetividade, central à genealogia foucaultiana do poder. Apesar da aparente proximidade entre as duas idéias, elas operam em níveis teóricos muito diversos, que traduzem perspectivas bastante diferentes daquilo que se poderia entender por sociabilidade. Enquanto a sociologia opera usualmente no registro tradicional da repressão como forma básica de controle, a genealogia de M. Foucault rejeita a noção de repressão, operando numa perspectiva mais propriamente nietzschiana da produção dos sujeitos nas lutas e afrontamentos sociais cotidianos.

*Palavras-chave:* genealogia do poder - subjetividade - controle social - Michel Foucault.

## INTRODUÇÃO

Os dois conceitos aqui emparelhados ocupam lugares centrais nos contextos teóricos onde se encontram inseridos: a temática dos controles sociais é fundamental à sociologia e às ciências políticas tradicionais, como a questão da subjetividade é central não apenas à genealogia do poder, mas a todo o trabalho de Foucault. Cumpre no entanto destacar de saída que, enquanto as

---

\* Professor Adjunto do Departamento de Psicologia na Universidade Federal de Santa Catarina. Doutorando em Sociologia pela USP. Bolsista CAPES/PICD.



**Controle Social x Subjetividade na  
Genealogia do Poder de Michel Foucault**  
Kleber Prado Filho

abordagens tradicionais se apóiam em estudos históricos voltados para a identificação das continuidades envolvidas na formação de grandes períodos e, ainda, para a análise da formação de uma racionalidade e para a constatação de uma acumulação progressiva dos fatos na consciência dos sujeitos, Foucault baseia-se em histórias genealógicas alheias às macroperiodizações, mas atentas às discontinuidades, às emergências e aos acontecimentos na ordem do saber e do poder. Também é importante frisar que a tríade saber-poder-sujeito constitui um eixo indissociável em torno do qual circula toda a produção foucaultiana e representa um conjunto de deslocamentos fundamentais do seu pensamento em relação às abordagens tradicionais da filosofia, da história, da sociologia e dos saberes jurídico-políticos. Portanto, a temática da subjetividade em Foucault é tratada de maneira deslocada em relação às formas tradicionais de conhecimento, privilegiando a diferença (não a identidade), rejeitando as possibilidades de um ator-agente social, referindo-se a processos sociais de sujeição e assujeitamento – aproxima-se então da temática dos controles sociais, consideradas as diferenças de registro teórico e a própria ausência do termo nos seus escritos. Coloca-se, desta forma, no fluxo do “*penser autrement*” que marca toda a sua produção: um trabalho que se desenvolve nas franjas do saber, a partir de pensamentos minoritários, textos não necessariamente científicos e autores negligenciados pela moda do conhecimento.

#### **A PRECEDÊNCIA DO ENFOQUE EM *L'ORDRE DU DISCOURS* E *HISTOIRE DE LA FOLIE A L'ÂGE CLASSIQUE***

*L'ordre du discours* é um exemplo da forma, no mínimo original, como o autor trata metodologicamente seus trabalhos, lançando novas luzes a velhos objetos, deslocando sua abordagem em relação aos métodos usuais. O texto já seria importante por se tratar da sua aula inaugural no Collège de France em 1970, e talvez por isto mesmo uma reflexão metodológica referente à sua produção



já realizada e sobre possibilidades de pesquisa por acontecer. Mas não apenas por isto: *L'ordre du discours* é ainda importante por se colocar num interstício da sua obra – num ponto de passagem da arqueologia do saber à genealogia do poder – um balanço da arqueologia e um plano para a genealogia, que viria a se materializar em parte.

A questão dos controles sociais é ali trabalhada como atravessamento do discurso por práticas de poder, ou a articulação de práticas discursivas e não-discursivas de poder na formação dos discursos e na constituição dos sujeitos como objetos de saber. O texto gira em torno da temática dos controles internos e externos ao discurso – os procedimentos de exclusão: a proibição, a separação e recusa, a vontade de verdade historicamente construída; os procedimentos internos, voltados para a classificação e ordenação, através dos quais os discursos mesmos exercem seu próprio controle: o comentário, o princípio de enrarecimento, as disciplinas científicas. Há ainda os procedimentos de controle do discurso ocupados em definir as condições da sua utilização, em impor regras aos indivíduos que os dizem, restringindo assim o acesso a estes.

Para se analisar o discurso no seu jogo e nas suas condições de possibilidade são necessárias algumas decisões metodológicas: pôr em dúvida nossa vontade de verdade; restituir ao discurso seu caráter de acontecimento; suspender a soberania do significante; às quais acrescentam-se exigências para o método: um princípio de subversão, um princípio de descontinuidade, um princípio de especificidade, um princípio de exterioridade – que correspondem aos princípios reguladores na análise: do acontecimento, da série, da regularidade, das condições de possibilidade. São estas as “regras de prudência” que orientam a reflexão foucaultiana relativa às regularidades e dispersões discursivas nas suas implicações quanto à produção da subjetividade e marcam a originalidade da sua análise do discurso.

Note-se, então, que o discurso em Foucault não é um texto ingênuo, meramente informativo ou descritivo, mas um conjunto estratégico de enunciados, com regularidades, que articula saber e

**Controle Social x Subjetividade na  
Genealogia do Poder de Michel Foucault**  
Kleber Prado Filho



poder e opera formando objetos e sujeitos. As práticas de poder não existem separadas da formação de saberes – articulam-se a enunciados, geram saber, como saber gera poder. Por tudo isso, a análise de discurso proposta não se limita a uma desmontagem da estrutura lingüística, nem a uma verificação de sentido do texto, mas remete às condições mesmas da sua possibilidade, às suas vinculações históricas, políticas, na constelação discursiva em que se insere.

A problematização dos controles sociais em *L'ordre du discours* traz as marcas de um escrito arqueológico: trabalha o tema centralmente como conjunto de práticas de controle do discurso, ou práticas discursivas de poder, articuladas a práticas não-discursivas de exclusão, de proibição, e de constituição de sujeitos por saberes remetidos a verdades, deixando porém entrever os esboços do tratamento a ser dado à questão na sua genealogia do poder.

Porém, não apenas central, a problemática dos controles sociais é recorrente no pensamento foucaultiano. Já se encontra colocada em *Histoire de la folie à l'Âge Classique*, como se pode verificar também em *L'ordre du discours*, apresentada na figura da exclusão, pela oposição razão x loucura.

O desaparecimento da lepra na Europa, no final da Idade Média, deve ser compreendido não à luz de um suposto progresso das técnicas médicas, mas como efeito de práticas de exclusão social. Vai-se a lepra, ficam as formas sociais montadas em torno do isolamento – permanecem os jogos de exclusão. Os personagens excluídos se sucedem historicamente: “pobres, vagabundos, presidiários e 'cabeças alienadas' (FOUCAULT, 1989: 6), porém, a herança relativa a esta “maldição social” pertence à loucura, “fenômeno bastante complexo, do qual a medicina demorará para se apropriar.” (FOUCAULT, 1989: 8).

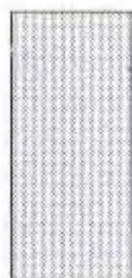
Nesta seqüência de raciocínio, *Histoire de la folie...* não é uma pesquisa relativa às origens da psiquiatria, nem uma história desta disciplina, no sentido de apresentar linhas do desenvolvimento de uma prática médica ou abordar uma sucessão de momentos na história da formação do discurso psiquiátrico. É uma história da



loucura, como o próprio título já aponta, que busca identificar as condições de possibilidade da emergência, na modernidade, de discursos e práticas referentes ao louco como doente e à loucura como doença mental. Inaugura o procedimento metodológico relativo às suas análises arqueológicas, que trabalham justamente no plano das condições de possibilidade dos acontecimentos, renunciando, porém, as reflexões que viriam a ser características da sua ainda não nomeada genealogia do poder. O estudo busca, não a gênese da psiquiatria dentro de um *continuum* histórico progressivo, acumulativo, mas a análise dos fatos que lhe são exteriores, que a antecedem e possibilitam sua emergência em dado momento. Ilumina, assim, as discontinuidades no processo de constituição do louco como objeto de um saber médico, e da formação do discurso sobre a doença mental – dois acontecimentos imbricados, centrais, para as sociedades ocidentais modernas. É isso que anima o debate de Foucault com a história das idéias, dos pensamentos e das ciências.

*Histoire de la folie...* reporta-se ao Renascimento para dar conta de tais acontecimentos. A princípio, a loucura é retratada ali como experiência cósmica, fundamental: um saber esotérico, fechado, que diz a verdade secreta das coisas. Já ao final da Idade Média, o discurso filosófico, literário e moral mostra uma posição crítica a esta percepção, atribuindo-lhe causas morais: é castigo imposto aos desregramentos humanos, fato subjetivo que afasta o homem da ordem do mundo. Deixa de ser saber para ser ignorância, punição e irregularidade de conduta – o louco torna-se ameaça –, passa a ser aquele que toma a mentira pela verdade. O que marca portanto a sensibilidade renascentista é a falta de uma unidade do fenômeno da loucura e a sua emergência como ilusão e desrazão. Na virada do século XVI para o XVII torna-se forma relativa à razão, e mais que isto, um estado subjetivo a serviço da razão – está próximo de se iniciar todo um processo de dominação da loucura pela razão nas sociedades ocidentais. Percepção e sensibilidade referem-se aqui a práticas sociais, a modos política e historicamente contextualizados de se relacionar com o louco.

**Controle Social x Subjetividade na  
Genealogia do Poder de Michel Foucault**  
Kleber Prado Filho



O período clássico inventa o internamento: a figura do hospital representa, na experiência clássica da loucura, a materialização da exclusão, o local natural dos alienados; o internamento, a marca que constitui o corpo e a alma do louco. O século XVII Europeu vive a proliferação de instituições e casas de internamento, com destaque para os hospitais gerais, as casas de correção, as *workhouses*; ao final do século XVIII existe na Europa toda uma rede de “hospitais, prisões, casas de detenção” – é o momento da Grande Internação. Inicialmente estas práticas de isolamento social se articulam em torno de questões econômicas, atingindo particularmente a pobreza, mas não se restringem a critérios econômicos; logo, toda uma população de devassos, libertinos, profanadores do sagrado, blasfemos e magos vem a ela se juntar. Durante todo o século XVII o louco se mistura às figuras do desatino e se perde na paisagem do asilo. Aos poucos, ao longo do século XVIII, a loucura vai se distinguindo destas outras formas, se individualiza e ganha exclusividade no panorama asilar: é ao louco, especialmente, que passam a se referir as práticas de exclusão. “O gesto que aprisiona não é mais simples: também ele tem significações políticas, sociais, religiosas, econômicas, morais. E que dizem respeito provavelmente a certas estruturas essenciais do mundo clássico em seu conjunto.” (FOUCAULT, 1989: 53) Mas a invenção clássica da internação não visa apenas eliminar os a-sociais – é também um gesto criador de alienação, com um papel positivo de organização: suas práticas e regras reestruturam o universo ético, estabelecem novas normas de integração social, constituem um domínio de experiência onde a loucura vai se apresentar à percepção e formam um saber a seu respeito, passível de produzir o louco como o Outro da cultura.

Forma-se, assim, toda uma nova sensibilidade social – as práticas de internação re-significam a miséria e a loucura, inscrevem-nas no jogo moral e, a partir de então, “Todo interno é colocado no campo dessa valoração ética”. (FOUCAULT, 1989: 61). O hospital geral tem um estatuto ético: lugar de coação onde a moral se exerce conforme disposições administrativas; um estabelecimento de



moralidade que opera a síntese entre obrigação moral e lei civil. O louco passa a ser um problema de polícia, inserido na problemática do governo e do Estado. A internação não tem, no período clássico, nenhuma coerência médica, psiquiátrica ou psicológica, nenhuma unidade institucional além do seu caráter de polícia – todas estas operações que deslocam os limites da moralidade e estabelecem novas proibições, encontram sua coerência secreta numa percepção: a de que o desatino se distancia da norma. Antes da apropriação médica do sentido de cura, o internamento se inscreve no registro da exclusão, da normalização e do controle social – trata-se de um sofisticado instrumento político.

Talvez o que haja de mais original na história foucaultiana da loucura seja o deslocamento decisivo da análise, do campo do saber médico para o do saber sociológico. Este procedimento insere a questão da loucura num campo político onde ela se encontra referida a uma pluralidade de poderes e saberes historicamente construídos, iluminando a sua construção como tecnologia de controle social. Mesmo sendo *Histoire de la folie...* um escrito da fase arqueológica, não deixa de fazer uma história genealógica da loucura em termos muito próximos da história do nascimento das prisões apresentada em *Surveiller et Punir*, um texto reconhecidamente genealógico. A questão dos controles sociais, central nos dois estudos, é trabalhada como multiplicidade de práticas positivas de poder: práticas de exclusão social correlativas de práticas de normalização dos comportamentos, com articulações em termos de saber. *Histoire de la folie...* trata de poderes concretos, porém estão muito presentes as figuras do saber e do sujeito de conhecimento; estas mesmas figuras encontram-se também muito marcadas em *Surveiller et Punir*, porém este último texto trabalha uma corporeidade e tem um estatuto que são nitidamente genealógicos.

**Controle Social x Subjetividade na  
Genealogia do Poder de Michel Foucault**  
Kleber Prado Filho



**Controle Social x Subjetividade na Genealogia do Poder de Michel Foucault**  
Kleber Prado Filho

## **FIGURAS DE CONTROLE SOCIAL NA GENEALOGIA DO PODER**

### ***A problemática de Surveiller et Punir***

Se o tema é apresentado em *Histoire de la folie a l'Âge Classique* como pluralidade de práticas de exclusão e normalização social, em *Surveiller et Punir* ganha um tratamento mais elaborado. A obra pretende uma análise genealógica das sociedades modernas, denunciando a emergência da sociedade disciplinar como forma de universalização do controle social através de práticas de vigilância e de produção dos corpos dos sujeitos. Dirige seu olhar para o nascimento das prisões no XVIII europeu, estabelecendo relações entre este fato e a reforma do comportamento dos criminosos levada a efeito na época. A modernidade trouxe as prisões juntamente com uma alteração quanto aos procedimentos de punição: extingue-se o domínio violento sobre o corpo exercido como espetáculo nos suplícios públicos, introduz-se o direito de punir acompanhado de um novo sistema penal e todo um aparato jurídico, depois emergem a figura da vigilância e, finalmente, os procedimentos de inclusão e normalização. A genealogia aponta uma sutileza no exercício de poder, que deixa de incidir negativamente sobre o corpo e, além de fabricá-lo como máquina produtiva e dócil, busca atingir o psicológico: individualiza, corrige e normaliza os sujeitos. Assim, o texto coloca-se no centro da problemática dos controles sociais, colocados como multiplicidade de técnicas de produção da subjetividade.

O objetivo do livro é fazer, nas palavras do autor, “uma história correlativa da alma moderna e de um novo poder de julgar; uma genealogia do atual complexo científico-judiciário onde o poder de punir se apóia, recebe suas justificações e suas regras, estende seus efeitos e mascara sua exorbitante singularidade”; e um pouco mais à frente: “... estudar a metamorfose dos métodos punitivos a partir de uma tecnologia política do corpo onde se poderia ler uma história comum das relações de poder e das relações de objeto”; ainda: “... de que maneira um modo específico de



sujeição pôde dar origem ao homem como objeto de saber para um discurso com status ‘científico’ ” (FOUCAULT, 1987: 26/7).

- Para isto o estudo atende a algumas regras metodológicas:
- não centrar a análise das práticas punitivas em seus aspectos repressivos, mas nos seus efeitos positivos – tomar a punição como função social complexa;
  - trabalhar os métodos punitivos não como conseqüências das regras de direito, mas como técnicas estratégicas de poder;
  - buscar uma “matriz epistemológico-jurídica” comum à história do direito penal e das ciências humanas;
  - verificar se a entrada do “psicológico” na justiça penal não é conseqüência da nova maneira como o corpo é investido pelas relações de poder.

Em última instância: “Analisar antes os ‘sistemas punitivos concretos’, estudá-los como fenômenos sociais (...) mostrar que as medidas punitivas não são simplesmente mecanismos ‘negativos’ que permitem reprimir, impedir, excluir, suprimir; mas que elas estão ligadas a toda uma série de efeitos positivos e úteis” (FOUCAULT, 1987: 27).

É precisamente pensar estes sistemas punitivos concretos como fenômenos sociais que tira a discussão sobre a temática dos controles sociais do domínio de um saber jurídico-político referente ao poder do Estado e suas instituições, quebra a regra de primazia, inserindo-a no campo de uma microfísica do poder. A microfísica enuncia poderes plurais, dispersos, técnico-operantes, estratégicos, articulados em fluxos, postos em circulação na rede social pelo jogo contínuo de afrontamentos. A rede social é uma tessitura de relações “sempre tensas, sempre em atividade”, onde os micropoderes circulam, operam, escoando entre os pontos por diferença de potencial. Estes pontos são confluências, intersecções de fluxos de poder, onde a rede se apóia nos sujeitos, estabelece com eles uma relação corporal – onde os poderes e práticas sociais operam sobre os corpos, constituindo estes sujeitos. O corpo está imerso em um campo político, sofre os efeitos dos poderes, é marcado, investido e fabricado por eles.

**Controle Social x Subjetividade na  
Genealogia do Poder de Michel Foucault**  
Kleber Prado Filho



**Controle Social x Subjetividade na  
Genealogia do Poder de Michel Foucault**  
Kleber Prado Filho

Ressaltando a figura das disciplinas nos séculos XVII e XVIII, Foucault ilustra bem a formação desta tecnologia política do corpo, resultado do exercício de saberes e práticas de controle sobre o corpo, que remete a uma economia política do corpo. O investimento político no/do corpo refere-se à sua produção ao mesmo tempo como instrumento produtivo eficiente e como corpo dócil, submisso. O mesmo ato, “pedagógico”, que adentra, que decompõe e rearticula os movimentos, que desenvolve a precisão e o ritmo, que fabrica o gesto, submete, pela aplicação de técnicas “positivas” de sujeição, pois: “o corpo só se torna força útil se é ao mesmo tempo corpo produtivo e corpo submisso” (FOUCAULT, 1987: 28). Trata-se de uma arte que dissocia o poder do corpo, capacitando-o economicamente mas incapacitando-o politicamente – “uma política das coerções que são um trabalho sobre o corpo” (FOUCAULT, 1987: 127) –, uma anatomia política que é também uma mecânica do poder. As disciplinas aplicam-se também aos corpos sociais e convertem-se, logo, em uma complexa tecnologia de controles sociais polimorfos, produtivos, que codificam e organizam espaços analíticos; quadriculam, classificam e hierarquizam; além de individualizar, localizar, distribuir e serializar os sujeitos no campo social.

O panóptico é outra figura forte em *Surveiller et Punir*: trata-se de um aparelho arquitetural que “organiza unidades espaciais que permitem ver sem parar e reconhecer imediatamente” (FOUCAULT, 1987: 177), que garante a ordem pela visibilidade e dá sustentação às relações de poder independentemente daqueles que o exercem. É uma máquina de poder que dissocia o par “ver-ser visto” e produz o importante efeito de “induzir no detento um estado consciente e permanente de visibilidade que assegura o funcionamento automático do poder” (FOUCAULT, 1987: 177), a certeza sem trégua de uma vigilância permanente, mesmo que descontínua. Assim: “Uma sujeição real nasce mecanicamente de uma relação fictícia” (FOUCAULT, 1987: 178). O panóptico pode ainda ser utilizado como máquina de fazer experiências de modificação de comportamento, pode servir de laboratório de poder.



O que se inaugura na genealogia foucaultiana com o desnudamento das disciplinas e do panoptismo é a análise dos dispositivos. Os dispositivos disciplinares, o dispositivo panóptico, como os outros, são maquinarias complexas de poder, com autonomia, mobilidade e configuração histórica próprias, sustentando-se em articulações de saber-poder e modos de subjetivação. Segundo Deleuze, no texto “Qu’est-ce q’un dispositif?”, um dispositivo é um conjunto multilinear composto por linhas de visibilidade e enunciação; linhas de força; linhas de objetivação e subjetivação; também, por linhas de ruptura que possibilitam a sua contínua transformação. Nas palavras de Foucault, trata-se de um conjunto heterogêneo “que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. (...) O dispositivo é a rede que se pode estabelecer entre estes elementos” (FOUCAULT, 1984: 244). Um conjunto estratégico, móvel, articulado em práticas discursivas e não-discursivas de poder, cuja emergência e formação histórica atende a uma urgência, em função de que torna-se um instrumento de controle-dominação em relação a questões sociais prementes, como loucura, criminalidade, delinqüência, desvios e exclusões as mais diversas. Um dispositivo é uma sofisticada máquina de controle social que produz, articula e aplica saberes, legitimações e exclusões efetivas, que constitui neste movimento tanto a subjetividade dos excluídos, como a dos sujeitos incluídos – todos enquanto sujeitos passíveis de normalização.

### ***A temática em La volonté de savoir***

Em *La volonté de savoir* Foucault pretende fazer a genealogia de uma vontade de saber sobre o sexo, que constitui o sujeito moderno como sujeito sexual. Mais uma vez de maneira original, problematiza a questão não a partir do pressuposto da repressão, mas, ao contrário, da incitação dos discursos sobre o

**Controle Social x Subjetividade na  
Genealogia do Poder de Michel Foucault**  
Kleber Prado Filho



**Controle Social x Subjetividade na  
Genealogia do Poder de Michel Foucault**  
Kleber Prado Filho

sexo, verificada nas sociedades ocidentais particularmente a partir do século XVII. A pergunta colocada, então, é: por que o sexo? Por que ele está posto como chave hermenêutica, ou fundamento primeiro da constituição do sujeito moderno? Como um saber sobre o sexo foi capturado em práticas de poder? Como se politiza e se constitui um domínio de saber sobre o sexo: sexualidade? A resposta remete a uma vontade de saber, como vontade de potência – trata-se de traçar a economia política de uma vontade de saber –, refere-se à construção de uma tecnologia positiva do sexo. O projeto de uma ciência do sujeito gravita em torno da temática do sexo, não por propriedades “naturais”, mas por táticas de poder imanescentes ao discurso, que fazem do sexo “a grande verdade escondida” aos olhos do homem moderno.

Na realidade, o sexo já é alvo de atenção no cristianismo medieval: nas práticas de penitência e de confissão; nos métodos do ascetismo e do misticismo desenvolvidos a partir do século XIV; na “nova tecnologia da carne” que coloca a concupiscência em discurso a partir do século XVI. No século XVII esta prática torna-se regra para todos: deve-se confessar não apenas os atos ilícitos, mas, especialmente, colocar o desejo em discurso. Em fins do século XVIII surge uma tecnologia do sexo independente da temática do pecado – a carne é transferida para o organismo – torna-se questão leiga que se coloca para todo o corpo social. Transforma-se em negócio de Estado, problema de “polícia” que exige a aplicação de procedimentos de gestão: emerge a “população” como objeto para os saberes. Neste período, essa incitação política, econômica e técnica do discurso sobre o sexo centra-se na pedagogia, na medicina e na demografia. Acontece no início do século XIX a separação entre medicina do corpo e do sexo; em meados deste século surgem a medicina das perversões e os programas de eugenia; também a psicanálise entra em cena com o projeto de uma tecnologia médica do instinto sexual separado das questões de hereditariedade.

Esta colocação do sexo em discurso remete à formação histórica de um domínio da sexualidade – domínio no sentido de campo de saber e de poder. Apesar de o sexo estar instado a falar já



há bastante tempo, a sexualidade liga-se a dispositivos recentes de poder: esteve em expansão crescente a partir do século XVII, vinculando-se à intensificação do corpo, à sua valorização como objeto de saber e elemento nas relações de poder. Refere-se à construção de um poder-saber sobre o sexo, à constituição de um dispositivo da sexualidade que visa não apenas produzir uma sexualidade nos/dos sujeitos, mas reproduzi-la em todo o corpo social como tecnologia positiva de regulação e gestão, em práticas de sexualização. Toda esta produção esteve voltada, a partir do século XVIII, para quatro grandes conjuntos estratégicos: a histerização do corpo da mulher; a pedagogização do sexo da criança; a socialização das condutas de procriação; a psiquiatrização do prazer perverso.

A negação da hipótese repressiva aqui refere-se ao sexo e é também reafirmada em relação ao poder: a construção dessa tecnologia positiva do sexo implica uma analítica do poder, ou melhor, de poderes - no plural. Forma-se então um poder sobre a vida, como investimento na vida de cima a baixo, que foi essencial ao fortalecimento do capitalismo. Um biopoder que se desenvolve em duas formas interligadas: por um lado, centra-se no corpo-máquina, pelo aumento de suas aptidões aliado à sua submissão utilitária, constituindo-se numa anátomo-política do corpo pelas disciplinas; por outro, centra-se no corpo-espécie como suporte dos processos biológicos, constituindo-se numa biopolítica da população por intervenções e controles reguladores. A intensificação destas práticas produziu uma política do sexo e toda uma tecnologia polimorfa de controles sociais centrada em procedimentos de sexualização dos corpos biológicos e sociais. Assim, a partir do século XVII, “o velho direito de causar a morte ou deixar viver foi substituído por um poder de causar a vida ou devolver à morte” (FOUCAULT, 1988: 130).

**Controle Social x Subjetividade na  
Genealogia do Poder de Michel Foucault**  
Kleber Prado Filho



**Controle Social x Subjetividade na  
Genealogia do Poder de Michel Foucault**  
Kleber Prado Filho

## **A questão da governamentalidade**

Um tema que se articula aos de *La volonté de savoir* diz respeito à questão da governamentalidade, objeto do seu curso no Collège de France em fevereiro de 1978, publicado originalmente em italiano por Pasquale Pasquino e acessível em português na *Microfísica do poder*.

Segundo Foucault, a problemática da população implica imediatamente a questão do governo, não restrito à ação política do Estado, mas como pluralidade de práticas sociais estratégicas, não necessariamente centralizadas em um poder coercitivo e verticalizado. Um governo que não se refere ao território ou à soberania, mas que governa as coisas e os homens – os homens em relação às coisas: às riquezas, aos recursos, aos costumes, hábitos, modos de ser e pensar. Um governo que volta sua atenção para os acontecimentos possíveis da finitude humana: as mortes, os nascimentos, as epidemias, os acidentes, a fome.

Uma arte de governar emerge como tema para os saberes, no século XVI, de forma bastante diversificada: como governo de si; governo das almas e das condutas; governo das crianças; também, como governo do Estado pelos príncipes. Situa-se na confluência de dois fluxos: um processo de instauração dos grandes Estados territoriais-administrativos que substituem a estrutura feudal; e os movimentos da Reforma e Contra-Reforma, questionando a direção espiritual para a salvação da alma – concentração estatal x dissidência religiosa – dois movimentos diversos, porém articulados entre si, que levantam a questão da “problemática geral do governo em geral” (FOUCAULT, 1984: 278).

Na prática, esta arte de governar esteve ligada ao aparecimento dos aparelhos de governo, ao desenvolvimento de saberes que ganharam importância no século XVII, onde se destaca o surgimento da estatística como ciência do Estado. Porém, de certa forma ela esteve bloqueada pelas grandes crises deste século e, ainda, por elementos de natureza institucional e mental da época, ligados à questão da soberania e da primazia social e econômica da família.



O desbloqueio efetivo desta arte de governar vincula-se à emergência do problema das populações, que por sua vez liga-se à expansão demográfica, à abundância monetária e ao aumento da produção agrícola, verificados no século XVII. Neste momento a economia abandona definitivamente o modelo da família para centrar-se na população, fato que cria as condições para o surgimento do econômico como nível de realidade e da economia política como campo de saber e como positividade. A população é desde então o objetivo final do governo, tratada ao mesmo tempo como sujeito de necessidades e como objeto passível de intervenções e regulações.

Os três movimentos constitutivos do social moderno – governo, população e economia política – constituem a partir do século XVIII, segundo o autor, um conjunto que ainda hoje não foi desfeito. A contemporaneidade é a era da governamentalidade – o que importa nos dias atuais não é a estatização da sociedade, mas a governamentalização do Estado. Foi a prática da governamentalidade que permitiu a sobrevivência da forma política Estado.

## CONCLUSÃO

Talvez seja esta uma questão de relevância a ser levantada nesta análise: por que o termo “controle social” nunca é utilizado no textos de Foucault? Por vários motivos, mas especialmente porque a questão dos controles sociais, tal como tradicionalmente trabalhada pelos saberes jurídico-políticos e pelos clássicos da sociologia, traz implícito (quando não explícito) o postulado da repressão. Tais enfoques centram sua análise na primazia política do Estado, no direito, na moral, nas macro-soluções da sociedade relativas à manutenção da ordem e das regularidades sociais. Emparelham assim a problemática dos controles sociais aos grandes temas da criminalidade, das ilegalidades, da normatividade, da moralidade dos costumes – e, como é conhecido, Foucault rejeita categorias totalizantes. Portanto, a resposta deve ser buscada na sua proposta

**Controle Social x Subjetividade na  
Genealogia do Poder de Michel Foucault**  
Kleber Prado Filho



**Controle Social x Subjetividade na  
Genealogia do Poder de Michel Foucault**  
Kleber Prado Filho

metodológica: é porque a questão está sendo trabalhada de uma forma inusual – está sendo problematizada, entre outras tantas, conforme uma disposição central que ilumina procedimentos de poder menos voltados à repressão do que a uma prática polimorfa positiva – funda-se aí a sua crítica à abordagem jurídico-discursiva do poder.

Em Foucault o social é centralmente político: relações sociais = relações de poder; práticas sociais = práticas de poder. A sua análise do poder desloca a abordagem do tema, de um foco central – o Estado e da verticalidade coercitiva dos seus atos –, para uma análise genealógica das práticas sociais na sua pluralidade, na sua dispersão, nas suas articulações, na capilaridade da rede social que tem como pontos de intersecção e apoio os corpos dos sujeitos. Os processos de produção da subjetividade são figuras-chave para a compreensão desta falta do termo controle social nos escritos do autor, que não é gratuita, mas representa sua recusa a um diagnóstico das sociabilidades contemporâneas centrado numa análise de práticas repressivas. Não se trata aqui de afirmar que em Foucault controle social equivale a produção da subjetividade, ou que os processos de produção da subjetividade reduzem-se a práticas de controle social, mas de constatar, mais uma vez, como o autor desloca suas análises em relação às abordagens tradicionais, conseguindo assim perspectivas originais no tratamento dos grandes temas da modernidade.

Da rápida leitura destes textos pode-se perceber que a problemática dos controles sociais é o próprio tema da genealogia foucaultiana do poder, considerando que esta pretende a análise histórica da emergência e da multiplicação de práticas plurais de controle social relativas à exclusão, à normalização e à vigilância dos comportamentos; à disciplinarização e sexualização dos corpos biológicos e sociais; à regulação e controle das populações. Porém, problematizados num registro muito distante daquele utilizado no tratamento jurídico-discursivo da questão política: controles sociais articulados em saberes e poderes, procedimentos positivos de poder, desenvolvidos nas sociedades ocidentais modernas, geridas



por Estados de governo. Estes Estados governamentalizados contemporâneos não se caracterizam pelo exercício coercivo de um poder monolítico centralizado e verticalizado, mas por práticas capturadas do poder pastoral, de técnicas diplomático-militares e de polícia transformadas em técnicas de governo, que atingem tanto as populações como os indivíduos, enquanto corpos passíveis de intervenção reguladora e objetos para saberes – enquanto objetos social e historicamente construídos por saberes e poderes. Poderes que visam atingir o psicológico, que buscam constituir o indivíduo enquanto sujeito e o sujeito enquanto indivíduo; portanto, uma articulação de técnicas de sujeição em práticas de objetivação e subjetivação.

Em Foucault, as práticas de saber-poder remetem imediatamente à produção dos sujeitos. Não se referem simplesmente à prática de controles coercitivos que restringem os direitos dos cidadãos, as liberdades dos indivíduos, nem se limitam ao binômio coerção + ideologia, mas dizem respeito a um investimento positivo, estratégico, que constitui e constrói os sujeitos. Práticas de poder implicam processos de produção da subjetividade que passam por uma objetivação dos sujeitos nas/pelas práticas sociais. Os sujeitos são constituídos nas práticas discursivas e não-discursivas de poder, e estes poderes se inscrevem não apenas nos seus corpos, mas também nas suas “almas”, “psiques”. Trata-se, portanto, de modos de objetivação que produzem subjetivações. Em sentido amplo, trata-se de processos de sujeição.

Pode-se afirmar, assim, que na genealogia do poder os controles sociais são problematizados como produção de subjetividade, num jogo da objetivação x subjetivação dos sujeitos. Uma objetivação que sujeita subjetivando – subjetivação de práticas sociais, de normatividades, de modos sociais de ser, que se transformam em hábitos, gestos, modos “particulares” de pensar e se relacionar com o mundo. Um poder que é objetivante, mas que sujeita pela subjetivação (e não pela repressão) – um exercício sutil de poder que se caracteriza pela multiplicação de práticas que “contam com a participação do sujeito”, que se apóiam nele como

**Controle Social x Subjetividade na  
Genealogia do Poder de Michel Foucault**  
Kleber Prado Filho



**Controle Social x Subjetividade na  
Genealogia do Poder de Michel Foucault**  
Kleber Prado Filho

ponto de uma rede e o constituem neste mesmo movimento. Portanto, é possível afirmar, ainda, que na genealogia do poder em Foucault os processos de objetivação-subjetivação dos sujeitos articulam-se numa tecnologia polimorfa e positiva de controles sociais que operam num jogo de luz e sombra, pela certeza da visibilidade e vigilância permanentes.

É muito sintomático que em Foucault os sujeitos sejam sempre figuras da sujeição. É porque os sujeitos se acham atados a poderes, a controles sociais polimorfos. É a problematização das práticas de poder como técnicas de produção da subjetividade que permite descortinar este assujeitamento. São as práticas sociais de produção de poder e verdade que, articuladas num jogo de objetivação x subjetivação, permitem compreender esta “morte do homem”. É porque os poderes se exercem em modos de objetivação e subjetivação, porque marcam os corpos e produzem a subjetividade. Senão, de que outra forma seriam os sujeitos constituídos pelo poder?■

PRADO FILHO, Kleber. Social control x subjectivity in Michel Foucault's genealogy of power. **Plural**; Sociologia, USP, S. Paulo, 2: 18-36, 1.sem. 1995.

*Abstract:* This article aims at analysing the relationships between the social control concept and the production of subjectivity concept, basic to foucaultian's genealogy of power. It stresses that these two concepts deal with very different perspectives to sociability. Sociology normally approaches to the matter through the tradicional assessment of repression as a basic form of control. But Foucault refuses the notion of repression and works on a nietzschian's perspective, that highlights the production of subjects in everyday conflicts.

*Uniterms:* genealogy of power - subjectivity - social control - Michel Foucault.



## BIBLIOGRAFIA

**Controle Social x Subjetividade na  
Genealogia do Poder de Michel Foucault**  
Kleber Prado Filho

FOUCAULT, Michel. *História da loucura*. 2ª ed., São Paulo, Perspectiva, 1989.

———. *El orden del discurso*. 4ª ed., Buenos Aires, Tusquets, 1992.

———. *Vigiar e punir*. 5ª ed., Petrópolis, Vozes, 1987.

———. *História da sexualidade I: A vontade de saber*. 7ª ed., Rio de Janeiro, Graal, 1988.

———. *Microfísica do poder*. 4ª ed., Rio de Janeiro, Graal, 1984.